



817

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**6ª CÂMARA CÍVEL**  
**GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0322417-5**  
**COMARCA: 01ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA - PE**  
**AGRAVANTES: BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO**  
**AGRAVADAS: USINA CRUANGI S.A. E OUTROS**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EM FACE DA RECUPERANDA. ART. 6º, CAPUT E §4º, DA LEI N.º 11.101/2005. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0322417-5**, em que figuram como agravantes **BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO** e como agravadas **USINA CRUANGI S.A. E OUTROS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "**À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.**" Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de junho de 2014.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

850

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0322417-5**  
**COMARCA:** 1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA - PE  
**AGRAVANTE:** BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO  
**AGRAVADAS:** USINA CRUANGI S.A E OUTROS  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental contra decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento de n.º 0322417-5, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, tendo em vista o manifesto confronto com a jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Tribunal de Justiça.

Em suas razões, aduz a AGRAVANTE, em síntese: (a) que a decisão vergastada trará imenso prejuízo, tendo em vista a propositura de ações de execução em face das AGRAVADAS, cujo valor à época do ajuizamento superava a quantia de R\$ 255.833,75 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos); (b) que, na recuperação judicial, a suspensão que trata o *caput* do art. 6º da Lei 11.101/05, em hipótese alguma poderá exceder o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados do deferimento do processamento da recuperação; (c) que se reestabelece, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar ações e execuções, independente de pronunciamento judicial; (d) que a decisão monocrática, que negou seguimento ao recurso interposto, não se enquadra nas hipóteses autorizadoras previstas no art. 557, *caput*, do CPC; (e) que há nos autos prova inequívoca da verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável.

Postula, assim, pelo conhecimento e provimento do presente recurso de agravo para que se reforme a decisão vergastada, conhecendo o recurso de Agravo de Instrumento e dando-lhe provimento.

Contrarrazões às fls. 776/787, pelo não provimento do recurso.

É o que se impõe relatar.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



212

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0322417-5**  
**COMARCA:** 1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA - PE  
**AGRAVANTE:** BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO  
**AGRAVADAS:** USINA CRUANGI S.A E OUTROS  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**VOTO RELATOR**

A decisão agravada, com embasamento no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, ao constatar o manifesto confronto do recurso de Agravo de Instrumento interposto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, bem como deste colendo Tribunal, tendo em vista que **a AGRAVANTE requer a improrrogabilidade do prazo de suspensão das ações e execução ajuizadas contra as AGRAVADAS**. Confira-se:

(fls. 761/766) "A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior e, por outro lado, dê provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado. É o caso destes autos.

A matéria sob análise trata da possibilidade de prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções, prevista no artigo 6º, §4º, da Lei n.º 11.101/2005.

Acerca disto, convém destacar que **o STJ já se manifestou pela possibilidade da prorrogação do prazo de suspensão**, nos seguintes termos:

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM, NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1- A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito.



813

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

em razão da competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.

2- De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

3- Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.

(CC 111.614/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 19/06/2013) (...)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Tanto sob a égide do Decreto-lei n. 7.661/1945 como da Lei n. 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor. (...)

3. A Segunda Seção do STJ tem jurisprudência firmada no sentido de que, no normal estágio da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 101.628/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 01/06/2011) (...)

Consoante o entendimento firmado, tendo as AGRAVADAS comprovado que diligentemente obedeceu aos comandos impostos e que não está contribuindo para a demora no procedimento da recuperação judicial, pode ser deferida a prorrogação da suspensão das ações e execuções ajuizadas em face da referida empresa em dificuldades econômicas, considerando-se, sobretudo, o princípio da preservação da empresa.

Ressalte-se que, compulsando os autos, é possível concluir que as AGRAVADAS não contribuíram, no curso do feito, para o



814

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

retardamento do procedimento de recuperação judicial, conforme, inclusive, reconheceu o magistrado *a quo*: (...)

Deste modo, na hipótese em comento, e, sobretudo, em observância ao princípio da preservação da empresa, deve ser mantida a r. decisão que deferiu prorrogação do prazo de suspensão previsto no artigo 6º, §4º, da Lei de Falências, até a homologação do Plano de Recuperação.

Destaque-se que o princípio da preservação da empresa, previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005, dispõe que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das devedoras, ora AGRAVADAS, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação daquela, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Impõe, outrossim, transcrever trecho do voto da Min. Nancy Andrighi, no julgamento do CC 111.614/DF:

"Impende ressaltar, diante desse quadro, que permitir a retomada de execuções individuais contra a recuperanda - ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias -, equivale a aniquilar qualquer possibilidade de recuperação da sociedade em dificuldades. Essa medida autorizaria aos credores a busca imediata da satisfação de seus créditos, em detrimento do princípio da *par conditio creditorum*". (CC 111.614/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 19/06/2013)

Convém, inclusive, destacar o posicionamento deste egrégio Tribunal de Justiça:

RECURSO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO FALIMENTAR E PROCESSUAL CIVIL. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO DE 180 DIAS. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. POSSIBILIDADE** (...) (TJ-PE - RECAGRAV: 171640 PE 01716401, Relator: Francisco Manoel Tenório dos Santos, Data de Julgamento: 13/08/2009, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 45)

Diante do exposto, com fundamento no artigo art. 557, caput, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, tendo em vista o manifesto confronto com a jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, bem como deste colendo Tribunal"



815

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

Induvidosamente, tendo em vista a firme jurisprudência assentada perante o Superior Tribunal de Justiça, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, tendo sido, inclusive, colacionadas a decisão ora vergastada diversas jurisprudências.

O prazo de 180 dias para a suspensão das ações e execuções ajuizadas em face das AGRAVADAS, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/05, pode ser prorrogado conforme as peculiaridades de cada caso concreto, sobretudo, se a empresa em dificuldades comprovar que diligentemente obedeceu aos comandos impostos pela legislação, bem como pelo magistrado, e que não está, direta ou indiretamente, contribuindo para a demora no procedimento da recuperação judicial.

Ora, *in casu*, a diligência das AGRAVADAS no procedimento da recuperação é fato, inclusive, reconhecido pelo juízo *a quo*:

(fls. 118) "Com efeito, a devedora vem, desde o início do processo, demonstrando boa-fé e interesse na aprovação do seu Plano de Recuperação junto aos principais credores, tendo comparecido com regularidade a este Juízo, prestando informações sobre o andamento das reuniões com os credores e do plano de negócios que o Grupo Cruangi, pretende desenvolver caso venha o plano de recuperação a ser aprovado".

Conclui-se, enfim, que a decisão agravada pautou-se em fundamento suficiente para decidir com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, com subsunção da questão trazida no precedente recurso à jurisprudência dominante do STJ.

A AGRAVANTE, portanto, não acrescenta, em suas razões, nada que possa alterar essa deliberação.

Ante o exposto, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL, para o fim de manter a decisão monocrática, ora impugnada, inalterada.

É como voto.

— Reage, 03/06/2014.

*[Assinatura]*